

Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	2016		2015		Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016		2015	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	51.596.859	48.924.854	Fornecedores e outras contas a pagar	14	86.426	407.356				
Contas a receber	7	3.267.711	3.375.992	Convênios	15	618.589	202.332				
Partes relacionadas	8	2.823.607	2.096.494	Partes relacionadas	16	2.425.376	1.625.000				
Convênio	9	1.388.184	493.589	Obrigações tributárias	17	326.378	244.243				
Estoque	10	1.568.342	1.291.631	Obrigações trabalhistas	18	609.834	1.053.628				
Adiantamentos	11	1.334.089	1.249.287								
Despesa antecipada		4.853	5.944			4.066.603	3.532.558				
		61.983.646	57.437.791								
Não circulante				Patrimônio líquido	19						
Imobilizado	12	19.134.619	15.162.014	Patrimônio Social		77.718.437	69.207.973				
Intangível	13	666.776	140.726								
		19.801.395	15.302.740								
Total Ativo		81.785.041	72.740.531	Total Passivo e Patrimônio Líquido		81.785.041	72.740.531				

Paulo Eduardo S. M. S.
 Diretor Gerente
 Coordenador Contábil

CEC 141309

Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas operacionais			
Contribuições sociais	20	64.177.031	53.483.226
Realizações de convênios		355.713	341.069
Total das receitas operacionais		64.532.744	53.824.295
(-) Despesas operacionais			
Despesas administrativas	21	(46.540.938)	(34.944.474)
Despesas com pessoal	22	(16.333.159)	(13.818.993)
Despesas com aplicações programas especiais		(355.713)	(341.069)
Depreciações e amortizações		(1.763.057)	(1.387.214)
Total das despesas operacionais		(64.992.868)	(50.491.750)
Resultados financeiros			
Receitas financeiras		7.442.153	5.693.336
Despesas financeiras		(61.111)	(43.086)
(=) resultado financeiro	23	7.381.043	5.650.250
(=) Superávit operacional		6.920.919	8.982.795
(+/-)Outras receitas e despesas			
Perdas com imobilizado		(25.856)	(2.772)
Receitas diversas		1.615.401	50.000
Total de outras despesas e receitas		1.589.546	47.228
(=) Superávit do exercício		8.510.465	9.030.023


Carlos Eduardo Sanzio Alves
Cartório Contábil
Cartão Profissional
CRC 14309

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	2016	2015
Superávit do exercício			
Outros resultados abrangentes		8.510.465	9.030.023
Total do resultado abrangente do período		8.510.465	9.030.023
Total do resultado abrangente do período atribuível ao patrimônio social		8.510.465	9.030.023

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Superavits acumulados		Total
	De exercícios anteriores	Do exercício	Patrimônio Social
Saldos em 31 de dezembro de 2015	60.177.950	9.030.023	69.207.973
Aprovação do superávit do exercício de 2015	9.030.023	(9.030.023)	-
Superávit do exercício		8.510.465	8.510.465
Saldos em 31 de dezembro 2016	69.207.973	8.510.465	77.718.437


Carlos Eduardo Sanzio Alves
Orcionador Contábil
Orcionador
CRC 14309

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Superávit / Déficit	8.510.465	9.030.023
Superávit do Exercício	8.510.465	9.030.023
	1.804.449	1.400.036
Depreciação e Amortização	1.763.057	1.387.213
Apropriação de seguros	15.536	10.052
Resultado na baixa do ativo imobilizado	25.856	2.771
Variações de Ativos e Passivos	(1.355.341)	1.948.037
Contas a receber	108.281	(812.064)
Partes relacionadas	(821.332)	1.592.348
Estoque	(276.711)	492.091
Adiantamentos	(84.802)	112.925
Despesas antecipadas	(14.445)	(15.996)
Fornecedores	(320.930)	347.276
Convênios	416.257	(76.850)
Obrigações tributárias	82.135	105.452
Obrigações trabalhistas	(443.794)	202.855
Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais	8.959.573	12.378.096
Atividades de investimentos		
Aquisição do ativo imobilizado	(5.689.318)	(3.578.406)
Aquisição do ativo intangível	(598.250)	(121.538)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	(6.287.568)	(3.699.944)
Aumento do caixa e equivalente de caixa	2.672.005	8.678.152
Caixa e equivalente de caixa no início do Exercício	48.924.854	40.246.702
Caixa e equivalente de caixa no fim do Exercício	51.596.859	48.924.854
Aumento do caixa e equivalente de caixa	2.672.005	8.678.152


Carlos Eduardo Sanzio Alves
Coordenador Contábil
Coordenador
CRC 14309

1. Contexto Operacional

O **SENAR/AR-MT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**, é uma instituição de direito privado, paraestatal, constituída em 26 de abril 1993, sob forma de associação civil sem fins lucrativos, autorizada pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, com prazo de duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Cuiabá – MT, tendo como associados a seguinte formação:

Nacionalmente, o SENAR está vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e é dirigido por um Conselho Deliberativo, de composição tripartite e paritária, composto por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora, com igual número de conselheiros. O SENAR-AR/MT, com administração regional no Estado de Mato Grosso, é vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO) e dirigido por um Conselho Administrativo, composto por representantes das classes de produtores e de trabalhadores rurais do Estado e um representante do SENAR Central. Este Conselho exerce a direção superior e a normatização das atividades do SENAR no Estado no que diz respeito ao planejamento, diretrizes e políticas institucionais, controle e avaliação de toda a instituição.

O SENAR possui destinação específica de receitas arrecadadas pelo Governo Federal, sendo Entidade instituída por lei com o estrito propósito de prestar serviços de caráter social aos trabalhadores, na área de formação profissional (rural).

O SENAR tem por objetivo: proporcionar o desenvolvimento socioeconômico do trabalhador rural e de sua família, por meio da realização de ações de formação profissional rural e atividades de promoção social. Os níveis de formação profissional oferecidos são: qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização.

Por se constituir em instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, o SENAR - AR/MT não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso apresentem em determinado exercício, deverão destinar integralmente o referido resultado à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, podendo aplicá-lo, ainda, como incremento de seu ativo imobilizado. Quando apurado déficit, o déficit técnico do exercício será absorvido pelo patrimônio social.

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.078 de 6 de maio de 1999, e com as alterações introduzidas pela Lei no 9.732 de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resolução CFC 1.409/ 12 que aprova a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela administração em 17 de Março de 2017.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

3. Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras estão representadas por quantias investidas em fundos de investimento, certificados de depósitos bancários e depósitos em poupança, cujos saldos correspondem aos montantes efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

As aplicações financeiras em nome da Entidade estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento são basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

3.3. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais

das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber aos saldos de contribuições sociais a receber, unicamente relativos ao mês de competência de dezembro e representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, por Contribuições Sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por Pessoas Físicas, jurídicas e agroindústrias;

Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por inexistirem inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber de titularidade da Entidade.

3.4. Estoques

O saldo de almoxarifado é constituído por materiais de uso e consumo utilizados nos eventos educacionais e para manutenção da administração da entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática.

Os materiais adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção,

Deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais do resultado.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das correspondentes depreciações acumuladas, estas calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A Administração da Entidade realizou a revisão da vida útil-econômica dos ativos imobilizados conforme requerido pela NBC TG 1000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o mesmo chegando próximo a vida útil considerada para efeitos fiscais.

	<u>Anos</u>
Equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de comunicação	5
Outros equipamentos	5
Equipamentos de informática	5
Prédios	25
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.6. Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base em taxas lineares anuais indicadas na Nota Explicativa no 13.

3.7. Fornecedores

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais mercantis e de serviços, sendo ajustados, nas datas dos balanços, quando assim aplicáveis: (a) pelo desconto a valor presente sobre os preços de aquisição contratados a prazo, calculado com base em taxas de juros pré-fixados, sempre que os referidos preços embutirem encargos financeiros e/ou variarem em relação aos seus correspondentes preços a vista; e (b) pela variação cambial, relativamente às transações pactuadas em moeda estrangeira.

3.8. Obrigações tributárias

A Entidade é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita é registrada com base no regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos serviços prestados no curso normal das atividades da Entidade.

A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser o mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade.

4. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Entidade referem-se contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Entidade.

A Entidade possui contas a receber e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Entidade e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Entidade, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vencem.

A Entidade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

5. Instrumentos financeiros e operações com instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros registrados nos balanços - disponibilidades, créditos operacionais, fornecedores, obrigações e adiantamentos se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores justos e/ou de realização, tendo sido todos contratados e/ ou contraídos em condições normais de negociação no mercado.

A Entidade não é titular de créditos e obrigações, cujos valores estejam sujeitos ou foram contratados a variações por taxas de câmbio.

Não há quaisquer posições em instrumentos derivativos e/ou outros ativos e passivos sujeitos a riscos cambiais em nome da Entidade. Do mesmo modo, não foram aplicados recursos em operações cambiais e/ou com naturezas ou características semelhantes, tendo ou não por objetivo a especulação financeira.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Banco conta movimento - próprio	181.160	8.304
Banco conta movimento - convênio	1.037	1.663
Aplicações financeiras - próprio	50.796.938	48.700.598
Aplicações financeiras - convênio	617.724	214.289
	51.596.859	48.924.854

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimento de renda fixa, CDB DI, CDB DI Swap e poupança, sendo remuneradas por taxas mensais que variaram entre 1% e 1,5%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante em relação ao valor registrado.

7. Contas a receber

	2016	2015
Contribuições sociais	3.267.711	3.375.992
	3.267.711	3.375.992

Refere-se ao saldo a receber da arrecadação das contribuições ao SENAR, com base na Lei nº 8.315/91, de obrigação de recolhimento em guias previdenciárias pelos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas e das agroindústrias, todos pertencentes à jurisdição do Mato Grosso.

Essas contribuições arrecadadas correspondem às competências de dezembro de 2016 e 2015 e seus repasses são efetuados pelo Ministério da Fazenda dentro da primeira quinzena do mês subsequente.

8. Partes relacionadas

	2016	2015
TCTF 2014	-	432.284
TCTF 2015	398.230	923.977
TCTF 2016	1.141.836	-
TAS 2016	1.283.541	740.233
	2.823.607	2.096.494

Representa os saldos das provisões de repasses relacionados aos 4% sobre a Receita de Contribuições compulsórias previstos no Regimento Interno, sendo 2% para Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) e 2% para Termo de Administração Superior (TAS), que serão realizadas como despesas através da prestação de contas, no decorrer da vigência dos contratos.

9. Convênio

	2016	2015
Famato	141.705	-
Aprosoja	244.986	97.833
Fetagri	351.414	207.468
Imea	286.966	172.458
Canal Rural	250.540	-
Sindicatos	112.573	15.830
	<u>1.388.184</u>	<u>493.589</u>

Os convênios a realizar representam a disponibilização de recursos a terceiros para execução de projetos conforme Termos de Cooperação Técnica e Financeira.

10. Estoque

	2016	2015
Material de escritório	37.853	26.868
Material de limpeza	1.973	2.678
Material de Copa e Cozinha	2.362	2.098
Material Impressos	26.132	23.374
Material Instrucional	1.500.023	1.236.614
	<u>1.568.342</u>	<u>1.291.631</u>

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade.

11. Adiantamento

	2016	2015
Colaboradores	104.024	17.717
Terceiros - PJ	1.226.105	1.230.700
Instrutores	3.960	870
	<u>1.334.089</u>	<u>1.249.287</u>

12. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Equip. Maq. Apar. em Geral	1.052.812	(388.526)	664.286	557.153
Imóveis	14.744.544	(5.039.230)	9.705.314	10.295.096
Instalações	2.581.601	(2.345.209)	236.392	361.820
Terrenos	1.615.401	-	1.615.401	-
Veículos	697.000	(290.718)	406.282	110.009
Mobiliário em Geral	2.203.145	(950.672)	1.252.473	1.196.566
Equip. de Informática	2.498.052	(1.305.009)	1.193.044	1.094.319
Equip. de Comunicação	656.097	(277.780)	378.317	236.995
Obras em Andamento NACs	3.636.789	-	3.636.789	1.255.685
Outros	83.232	(36.911)	46.321	54.371
Total	29.768.674	(10.634.055)	19.134.619	15.162.014

Foram recebidos a título de doação (15) quinze terrenos no total de R\$ 1.615.401, pelos sindicatos parceiros do Senar MT, conforme Escritura Pública de Doação registrada em cartório.

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano Item(3.5. b).

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Equip. Maq. Apar. em Geral	903.599	223.462	(74.249)	(388.526)	664.286
Imóveis	14.744.544	-	-	(5.039.230)	9.705.314
Instalações	2.462.844	120.803	(2.045)	(2.345.209)	236.393
Terrenos	-	1.615.401	-	-	1.615.401
Veículos	268.000	429.000	-	(290.718)	406.282
Mobiliário em Geral	1.949.310	257.915	(4.080)	(950.672)	1.252.473
Equip. de Informática	2.453.627	468.117	(423.692)	(1.305.009)	1.193.043
Equip. de Comunicação	468.354	193.517	(5.774)	(277.780)	378.317
Obras em Andamento NACs	1.255.686	2.381.104	-	-	3.636.790
Outros	83.232	-	-	(36.911)	46.321
Total	24.589.196	5.689.319	(509.840)	(10.634.055)	19.134.619

13. Intangível

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Softwares	1.044.264	446.014
(-) Amortização	(377.488)	(305.288)
	<u>666.776</u>	<u>140.726</u>

14. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	86.426	407.356
	<u>86.426</u>	<u>407.356</u>

Os montantes a pagar aos fornecedores de serviços compreendem os gastos de apoio às atividades educacionais e os administrativos, como alimentação, realizações de eventos, auditoria.

15. Convênio

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Negócio Certo Rural	453.274	67.098
Programa Pronatec	80.389	135.234
Programa Rede E - TEC	84.926	-
	<u>618.589</u>	<u>202.332</u>

Os valores a realizarem sob esta rubrica referem-se aos saldos das verbas recebidas como seguem:

Negócio Certo Rural;
Programa Pronatec;
Programa Rede E – TEC.

As verbas recebidas e destinadas à consecução dos respectivos projetos são registradas contabilmente nesta conta de passivo em contrapartida às contas bancárias abertas exclusivamente para esta finalidade, as quais integram os saldos das disponibilidades demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

16. Partes relacionadas

	2016	2015
TCTF 2016	1.141.835	884.766
TAS 2016	1.283.541	740.234
	2.425.376	1.625.000

Representa os saldos das provisões de repasses relacionados aos 4% sobre a Receita de Contribuições compulsórias previstos no Regimento Interno, sendo 2% para Termo de Cooperação Técnica e Financeira (TCTF) e 2% para Termo de Administração Superior (TAS), que deverão ser repassadas a FAMATO, para custeio de projetos.

17. Obrigações tributárias

	2016	2015
IRRF a recolher	240.001	161.255
PIS e COFINS a recolher	61.499	51.798
ISS retido	24.878	31.191
	326.378	244.243
Passivo circulante	326.378	244.243
Passivo não circulante	-	-
	326.378	244.243

As obrigações tributárias, refere-se aos impostos retidos sobre os prestadores de serviços tais como: instrutoria, manutenção, consultoria, vigilância.

18. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Salários e provisões	509.942	551.878
FGTS a recolher	-	97.894
INSS a recolher	70.815	388.362
PIS a recolher	19.761	15.240
Contribuição sindical	-	254
Consignação fopag	9.316	-
	609.834	1.053.628
Passivo circulante	609.834	1.053.628
Passivo não circulante	-	-
	609.834	1.053.628

19. Patrimônio líquido

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 77.718.437 (R\$ 69.207.973 em 31 de dezembro de 2015), sendo exclusivamente composto pelos superávits acumulados.

Patrimônio social	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	51.596.859	48.924.854
Contas a receber	3.267.711	3.375.992
Estoque	1.568.342	1.291.631
Imobilizações	19.134.619	15.162.014
Demais ativos	6.217.510	3.986.040
	<u>81.785.041</u>	<u>72.740.531</u>
(-) Obrigações operacionais	(1.022.638)	(1.705.227)
(-) Obrigações por repasses e convênio	(3.043.966)	(1.827.331)
	<u>(4.066.604)</u>	<u>(3.532.558)</u>
Patrimônio social	<u>77.718.437</u>	<u>69.207.973</u>

20. Receitas

	2016	2015
Contribuições sociais	64.177.031	53.483.226
	<u>64.177.031</u>	<u>53.483.226</u>

A principal receita do SENAR - AR/ MT é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91.

21. Despesas administrativas

Classificação por natureza	2016	2015
Atividade Meio		
Material de consumo	(129.074)	(101.790)
Outros serviços de terceiros	(2.552.542)	(2.519.559)
Serviços de consultoria	(96.850)	(47.220)
Despesas com diárias	(66.963)	(59.870)
	<u>(2.845.429)</u>	<u>(2.728.439)</u>
Atividade Fm		
Material de consumo	(3.757.611)	(2.551.635)
Outros serviços de terceiros	(35.897.309)	(26.722.093)
Serviços de consultoria	(413.612)	(259.809)
Despesas com diárias	(3.626.977)	(2.682.498)
	<u>(43.695.509)</u>	<u>(32.216.035)</u>
	<u>(46.540.938)</u>	<u>(34.944.474)</u>

22. Despesas com pessoal

Classificação por natureza	2016	2015
Atividade Meio		
Salários	(3.259.218)	(2.806.017)
Outras vantagens variáveis	(179.001)	(123.227)
Encargos diretos	(1.152.024)	(923.338)
Benefícios	(338.191)	(272.597)
	<u>(4.928.433)</u>	<u>(4.125.179)</u>
Atividade Fm		
Salários	(7.059.208)	(5.617.620)
Outras vantagens variáveis	(570.021)	(428.909)
Encargos diretos	(2.644.802)	(2.766.560)
Benefícios	(1.130.696)	(880.725)
	<u>(11.404.726)</u>	<u>(9.693.814)</u>
	<u>(16.333.159)</u>	<u>(13.818.993)</u>

23. Resultado financeiro

Classificação por natureza	2016	2015
Rendimentos financeiros	7.442.153	5.693.336
Despesas bancárias	(61.111)	(43.086)
	<u>7.381.043</u>	<u>5.650.250</u>

24. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

25. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

26. Eventos subsequentes

Até a data de fechamento deste relatório, não tivemos conhecimento de operações ou eventos subsequentes sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos e quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.


Carlos Eduardo Sanzio Alves
Orcionador Contábil
Coordenador
CRC 140390-7